



República de Moçambique  
Presidência da República

***Renovação e Fortificação Contínua do Sistema de Justiça***

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião da Tomada de Posse do Juiz Conselheiro do Tribunal Supremo, Dr. Henrique Carlos Xavier Cossa.

Maputo, 08 de Julho de 2020

**Senhor Primeiro-Ministro;**

**Venerando Presidente do Tribunal Supremo;**

**Veneranda Presidente do Tribunal Administrativo;**

**Veneranda Presidente do Conselho Constitucional;**

**Digníssima Procuradora-Geral da República;**

**Digníssimo Provedor de Justiça;**

**Senhor Ministro do Interior;**

**Senhora Ministra na Presidência para os Assuntos da Casa Civil;**

**Senhor Vice-Ministro da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos;**

**Ilustre Bastonário da Ordem dos Advogados de Moçambique;**

**Venerando Juiz Conselheiro;**

**Senhores Membros do Conselho Consultivo da Presidência da República;**

**Distintos convidados;**

**Minhas Senhoras e Meus Senhores!**

Acabamos de testemunhar a tomada de posse de mais um Juiz Conselheiro do Tribunal Supremo, o Doutor Henrique Carlos Xavier Cossa, a quem desejo as maiores felicidades nas funções que, a partir de agora, irá desempenhar na plenitude.

A sua tomada de posse é um acto importante, não só para si, mas para todo o sistema de justiça e para o país, pois passa a integrar o corpo de juizes da mais alta instância judicial do país.

Este acto marca, uma vez mais, a necessária renovação e fortificação do judiciário moçambicano, configurando-se num testemunho da vitalidade do nosso sistema de justiça.

#### **Cara Família da Justiça,**

A força das instituições de justiça, faz-se na busca constante de um equilíbrio entre a renovação e a tradição.

A renovação permite que a justiça se mantenha a par das evoluções da sociedade e, nessa medida, continue a ser uma instituição relevante e compreendida.

A tradição é importante porque faz parte integrante de toda a estrutura da justiça.

É a sua memória institucional que permite que os conhecimentos, as regras e os rituais sejam passados de geração em geração.

Lembrem-se, por isso, que todos servem a Justiça e que uma Magistratura coesa, solidária e única constitui uma mais valia para cada um de nós e para toda a comunidade.

Por isso, exortamos-vos para que mostrem abertura a outros saberes e artes, para além das questões estritamente jurídicas, de modo a terem conhecimentos culturais, económicos e sociais que vos permitam ser detentores de uma visão mais holística da realidade.

No exercício das vossas funções, transmitam a vossa decisão, de cumprimento obrigatório por todos nós, de modo fundamentado e numa linguagem acessível, aos cidadãos, seus destinatários. Tentem encontrar o justo equilíbrio entre os imperativos de celeridade e eficiência, com a salvaguarda de uma justiça efectiva e ponderada.

O Governo está a analisar várias iniciativas por vós propostas, como a revisão do Código das Custas Judiciais, a criação de novos tribunais judiciais de distrito e a incorporação da participação emolumentar no salário dos operadores do Judiciário, exercício que perspectivamos concluir em breve.

Também, com o vosso envolvimento, estão na sua fase final de preparação os Termos de Referência para a Reforma do Direito e da Justiça e, brevemente, será criada a competente Comissão da Reforma. Queremos que o processo da reforma seja inclusivo e envolvente, porque o produto final será para o benefício de todos nós.

### **Minhas Senhoras e Meus Senhores,**

Esta cerimónia acontece num momento em que enfrentamos a pandemia da COVID 19, por isso, não estão aqui todos os que deveriam estar. Estamos num novo formato desta cerimónia.

Os tribunais, na sua globalidade, são chamados a assumir o seu papel, na contínua garantia dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos.

Mas na sua actuação, deverão igualmente ter em conta o contexto concreto da luta pela sobrevivência colectiva, tomando medidas que, na sua aplicação, não agravem ou propiciem o risco de contaminação ou propagação do vírus.

Uma área de nossa maior preocupação é a das penitenciárias. Temos estado a tomar medidas visando aliviar a superlotação das cadeias e, desta forma, assegurar o necessário distanciamento social. Uma medida estrutural que foi tomada foi a amnistia e perdão de penas que já beneficiou mais de 9 mil cidadãos.

Estas medidas serão inúteis se, ao mesmo tempo, a prisão for o instrumento privilegiado de prevenção e combate ao crime pelo judiciário.

A prisão deve ser vista como medida de último recurso, quando todas as outras não se mostrarem suficientes para os fins pretendidos com o procedimento criminal.

### **Minhas Senhoras e Meus Senhores,**

Relativamente ao assunto da Covid-19, queremos mais uma vez, chamar a atenção de que todas as medidas que tomámos com vista a conter a propagação desta doença devem ser vistas como flexíveis, podendo ser melhoradas a qualquer momento.

Enquanto a ciência não nos apresenta uma solução definitiva, a investigação, a experiência e a necessidade de garantir a vida vai exigir muita coragem e imaginação.

O mundo não parou e a economia deve garantir a nossa capacidade de manter a saúde com recursos, mas a saúde prevalece como a nossa principal razão.

Este acto também se realiza num momento em que continuamos com focos de violência armada no centro do país e na Província de Cabo Delgado. Temos que continuar juntos no combate à violência, responsabilizando criminalmente os terroristas, que são neutralizados e encaminhados à barra dos tribunais.

A nossa expectativa é que, para a responsabilização dos que protagonizam tais actos, o Judiciário deve ser célere e exemplar na sua actuação, para que não prevaleça o sentimento de impunidade. Em Moçambique, queremos que prevaleça o sentimento de que os criminosos são exemplarmente punidos.

O Judiciário também deve ser visto como alternativa à violência e à justiça pelas próprias forças. Os que entendem ter direitos e interesses legítimos devem encontrar no Judiciário, o seu guardião, aquele que vai repor a justiça e proteger as vítimas.

Vamos, igualmente, todos ficar atentos contra os que procuram por outras formas fazer acreditar as atitudes macabras de terroristas, usando a desinformação para divulgar, de forma manipulada, a situação que as populações vivem nas províncias que experimentam a violência.

A pátria deve unir-se contra esses actos, pois as grandes nações que conseguem sucessos permanecem vigilantes contra este tipo de tendências e não permitem a desinformação contra o próprio povo.

O Judiciário deve, neste aspecto, ser encarado como uma alternativa de promoção da inclusão social e, conseqüentemente da paz, condição para o desenvolvimento do nosso povo.

**Caro empossado,**

Venerando Juiz Conselheiro! Revelastes, já, qualidades, conhecimentos técnicos, capacidades e atributos pessoais para o desempenho da nobre função que hoje vos é confiada: administrar justiça em nome do povo, aplicando a lei ao caso concreto, em prazo razoável, através de um processo equitativo e justo que assegure o equilíbrio.

Temos a plena certeza de que está à altura dos desafios que lhe esperam no Tribunal Supremo e esperamos que dê o melhor de si no desempenho das novas funções, elevando o prestígio do órgão e do judiciário, como um todo.

À sua família que, pelas razões que acabámos de apontar, não o pode acompanhar neste momento de particular importância na sua carreira profissional, dirigimos os nossos cumprimentos, solicitando que continue a lhe prestar todo o apoio nesta nova etapa.

Termino, agradecendo a todos os presentes neste acto e renovando os votos de felicidades pessoais e profissionais a todos.

**Muito obrigado pela vossa atenção!**